

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA NA RELIGIOSIDADE PENTECOSTAL

Daniel Silva Pinto¹

Resumo

Este trabalho objetiva realizar uma análise entre a religiosidade pentecostal e as representações da pobreza que esta religiosidade produz. Busca relacionar, por meio do conceito de representação social de Serge Moscovici, o pensamento religioso e as visões de mundo dos praticantes da religiosidade em questão ao seu cotidiano, pautado por uma escassez crônica de bens materiais e simbólicos, e as respostas elaboradas pelos religiosos sobre as causas de sua pobreza e os decorrentes problemas socioeconômicos de sua condição social. Estas representações religiosas afetam de forma expressiva a dinâmica socioeconômica das populações em questão, criando uma comunidade de sentidos que se desenvolve a partir da troca regular de bens materiais e simbólicos.

Palavras-chave: Representação. Religiosidade. Pentecostalismo. Pobreza

Abstract

This work aims at an analysis between Pentecostal religiosity and the representations of the poverty that this religiosity produces. It tries to relate, through the concept of social representation of Serge Moscovici, the religious thought and the worldviews of the practitioners of the religiosity in question to their daily life, based on a chronic shortage of material and symbolic goods and the answers elaborated by the religious on the causes of their poverty and the consequent socioeconomic problems of their social condition.

Key words: Representation. Religiosity. Pentecostalism. Poverty

Introdução

Este artigo é derivado de dissertação de mestrado que objetiva avaliar o impacto das representações religiosas elaboradas por fieis e lideranças de religiões pentecostais sobre a dinâmica social e econômica destes. Foram realizadas pesquisas de campo em dois bairros localizados no município de Ananindeua, que faz parte da região metropolitana de Belém, por meio de entrevistas dirigidas com religiosos de igrejas denominadas Assembleia de Deus. Como uma das mais importantes denominações, em termos numéricos e históricos, optou-se por delimitar o campo de estudo em torno das igrejas nomeadas de Assembleia de Deus, por

¹ Mestre em Ciências da Religião – Universidade Estadual do Pará - UEPA e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA. **E-mail para contato:** <danielkardec7240@gmail.com>

estas servirem como referencial das permanências e transformações que vem ocorrendo no interior do movimento pentecostal brasileiro. (Alencar, 2012, p. 23).

A correlação entre religião e pobreza é particularmente marcante em um dos movimentos religiosos que mais cresce no país, isto é, o movimento pentecostal (IBGE, 2010). Religião praticada, de forma predominante, pelos estratos mais empobrecidos da sociedade, caracterizados por apresentarem, em média, índices inferiores de renda e escolaridade se comparados com as da população em geral (Mariano, 2014, p.12). É esta parte mais pobre e marginalizada da população e seu modo de vida, orientado por uma profunda e abrangente religiosidade, o objeto central deste artigo.

Estruturado sob estas premissas, este estudo busca responder, de forma geral, como a religiosidade pentecostal, especialmente a de corte clássico ou tradicional desenvolve mecanismos sociais e subjetivos instrumentalizados pelos seus praticantes dos estratos sociais mais carentes, para o enfrentamento das demandas urgentes de sobrevivência que se impõem e se sobrepõem ordinariamente sobre a vida desta população e também para suprir necessidades de natureza simbólica ou subjetiva.

Praticada de forma a abarcar, em sua quase integralidade a totalidade das ações e pensamentos dos fiéis, a religiosidade pentecostal tende a condicionar, de maneira intensiva a vida econômica, social e cultural de seus praticantes. Nos segmentos de baixa renda tem particular influência sobre a realidade econômica dos fiéis, por meio do estabelecimento de redes solidárias de proteção e ajuda mútua, formadas pela filiação religiosa. No plano simbólico-subjetivo, estas redes atuam na formação de comunidades de sentidos religiosos, estruturada pelo compartilhamento de valores, crenças e visões de mundo externadas coletivamente pelas práticas religiosas regulares e por modos religiosamente orientados de condução da vida privada, familiar e profissional.

Uma breve exposição sobre as ideias básicas relacionadas ao conceito de representações sociais, a partir da contribuição teórica fundamental de Serge Moscovici (1995) faz-se necessário, antes de retomarmos o tema deste artigo.

As representações sociais

A importância dos estudos das representações sociais justifica-se pelo seu atribuído poder de intervenção na realidade social. Moscovici expressa a força das representações enquanto instrumento de construção do real ao afirmar que “[...] elas ‘corporificam ideias’ em

experiências coletivas [...]”. (Moscovici, 1995, p. 48). O fato de as representações terem o poder de condicionarem a realidade é o fato de elas funcionarem como fundamento cognitivo instrumentalizado para a leitura do mundo, ou seja, como talvez a única e primordial forma de nós nos socializarmos, através de esquemas mentais de classificação e categorização dos elementos que compõem o ambiente social, de pessoas e objetos. Moscovici refere-se ao caráter totalizante das representações, “Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos estão ajustados”. (Moscovici, 1995, p. 32).

As representações são sistemas de orientação no mundo ajustados à valores e sentidos compartilhados, formando consensos que estabelecem formar de pensar e agir semelhantes, isto é, o universo do senso comum, no qual objetos e pessoas são classificados e rotulados por representações superpostas sobre eles.

As representações que determinam o nosso modo de olhar e avaliar pessoas e objetos são comandadas pelo processo de aquisição e acumulação de imagens, hábitos e categorias culturais aprendidas na socialização dos sujeitos (indivíduos e grupos) e que são acionados constantemente e de forma inconsciente nos juízos e avaliações que reproduzimos diariamente como um esforço que realizamos “para compreender o mundo através de ideias específicas [...] a estabelecer certa maneira de criar sentido, de tal modo que as coisas são vistas desta maneira, em vez daquela” (Moscovici, 1995, p. 28), ou seja, em todo lugar e tempo em que entramos em contato com novas pessoas e coisas e buscamos nos socializar e familiarizarmos com elas, as representações estão presentes e atuantes, funcionando como linhas-guia de pensamento ou mapas mentais estruturados a partir da cultura e da linguagem apreendidas pelos grupos e indivíduos em seus processos de interação e comunicação.

Funções das representações: prescrição e convenção

Situando a força das representações no passado, Moscovici descreve uma de suas principais funções: a de serem “[...] *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível” (Moscovici, 1995, p. 36) ou seja, seu poder de comandar e condicionar as práticas dos agentes está assentada na autoridade das estruturas institucionalizadas (linguísticas, científicas, religiosas, etc.) e na tradição que as acompanha, determinando e modelando as maneiras de pensar dos agentes que estão sob o império da história, dos usos, costumes, conceitos e ideias estruturadas antes mesmo de seu nascimento, impondo-se com uma força quase insuperável, pela pressão e resistência que exerce a todas as tentativas de

questionamento de suas verdades construídas ao longo dos tempos. A força e a resistência que as representações exercem tendem a se materializar - quando as convenções sobre as quais estão estruturadas são questionadas ou mesmo confrontadas - por ações contrárias que buscam o restabelecimento dos sentidos e ideias cristalizadas pela tradição. Moscovici observa que a resistência das representações é retirada de sua natureza invisível, pois aquilo que não se pode ver “[...] é inevitavelmente mais difícil de superar do que o que é visível”. (Moscovici, 1995, p. 40).

Se a força da autoridade das representações está localizada nas convenções, estas, por sua vez, segundo o autor, são a matéria-prima das quais as primeiras são constituídas, e o veículo da realização de uma de suas funções primordiais: a de convencionarem a realidade, ou seja, a de atribuírem a pessoas, objetos e eventos uma determinada categoria, classificando-os e encaixando-os em modelos pré-estabelecidos em nosso inconsciente para que possamos decodificá-los segundo padrões e arquétipos mentais que servem como ferramentas de mapeamento ou reconhecimento daquilo que procuramos conhecer ou entender.

As experiências acumuladas e que se constituem enquanto o conteúdo formador da personalidade dos agentes, são lidas e decodificadas de acordo com as convenções subjacentes aos próprios agentes, que veem apenas aquilo que querem ver ou o que suas convenções determinam o que vale ser visto ou compreendido. Os conteúdos das representações são orientados por pré-noções e preconceitos sobre os quais temos pouca ou nenhuma consciência e controle atuando sobre o agente e determinando em grande medida a percepção do que é a realidade para este. De forma geral, são formas sistemáticas de pensar construídas a partir de determinados contextos culturais e históricos.

No campo religioso pentecostal, poderíamos adiantar que as funções de prescrição e da leitura da realidade por intermédio de convenções estão presentes nas representações religiosas de mundo por meio da autoridade da *Palavra* falada e escrita e do arbítrio da tradição.

Os ensinamentos e preceitos morais bíblicos expressam sua autoridade e caráter prescritivo tanto por meio da autoridade incorporada pelo pastor, como pela tradição religiosa (tendo os textos bíblicos como sua fonte e sustentáculo central) incorporada pelos fiéis-leigos (*habitus* religioso) e que manifesta sua força coercitiva no extenso código de proibições e interdições de cunho religioso vivenciadas e compartilhadas no interior da comunidade de irmãos, vigilantes da conduta alheia e de suas próprias.

Processos geradores de representações: ancoragem e objetivação

Segundo Moscovici, “A finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade”. (Moscovici, 1995, p. 54). Este pensamento define um dos processos ou mecanismos fundamentais na geração das representações sociais designado por Moscovici como de *ancoragem*. O mecanismo da ancoragem procura tornar comum e familiar aquilo que para os agentes é visto como estranho ou incomum. Pessoas e ideias, seus comportamentos e conteúdo são ajustados ou adequados aos sistemas de imagens, categorias e valores dos indivíduos e grupos, que buscam, dessa forma, familiarizar-se com aquilo que está fora de seu universo de compreensão.

O exemplo de ancoragem que Moscovici nos dá, se adequa de forma muito precisa ao estudo das representações aplicado ao objeto deste estudo, “Assim, por exemplo, uma pessoa religiosa tenta relacionar uma nova teoria, ou o comportamento de um estranho, a uma escala religiosa de valores”. (Moscovici, 1995, p. 60). Dessa forma, a ancoragem pode ser descrita como um processo de transferência ou transformação de algo não familiar, seja pessoas, objetos e eventos, ao nosso sistema particular de categorias e convenções, onde podemos compará-los e interpretá-los e assim colocá-los em determinadas categorias e modelos próprios ao nosso modo de pensar e avaliar a realidade. Desta forma torna-se possível dar nome e classificar o desconhecido, tornando-o familiar a partir de categorias e modelos pré-estabelecidos.

No processo de ancoragem não há espaço para a neutralidade, e cada objeto e pessoa é avaliada, descrita e classificada conforme uma escala hierarquizada de valores positivos ou negativos, para que, com isso, possamos rotulá-los e assim dar-lhes nomes que possam ser processados por nossa psique. É neste processo de rotulagem que reduzimos as coisas e pessoas que buscamos conhecer a determinadas características que em nossa mente, formaria a “essência” do ser, fechando-os e delimitando-os, pela atribuição de categorias limite. Como afirma Moscovici “Quando classificamos uma pessoa [...] nós o confinamos a um conjunto de limites linguísticos, espaciais e comportamentais e a certos hábitos”. (Moscovici, 1995, p. 63).

Estas classificações geralmente se valem de certos arquétipos, *protótipos* formados pelas características ou atributos mais representativos ou “essenciais” de uma determinada classe de indivíduos, servindo como modelos as quais todas as pessoas pertencentes a uma classe são comparadas, ou seja, julgamos as pessoas comparando-as a um tipo ou modelo-padrão já pré-estabelecido em nossas mentes de pessoas, profissionais, nativos de um outro país, região e

etnia ou pertencente a uma determinada religião, etc. Desta forma, na maior parte das vezes, classificamos e categorizamos o mundo social que nos cerca por meio de pré-julgamentos ou pré-conceitos indicando que o processo de ancoragem, como explica Moscovici “[...] concretamente significa [...] a prioridade do veredicto sobre o julgamento e do predicado sobre o sujeito”. (Moscovici, 1995, p. 64).

O segundo processo ou mecanismo gerador de representações sociais é o que Moscovici chama de *objetivação*. Este processo se realiza pela transferência de algo representado, ou seja, existente no mundo da mente, para algo existente no mundo concreto, físico. É conferir substância física, por associação a formas, objetos e seres que existem no plano material, a criações e figuras abstratas que progressivamente vão assumindo aparências cada vez mais concretas. Dessa maneira, estas figuras mentais ganham sua versão material, são reproduzidas entre as coisas sensíveis aos sentidos humanos, podendo, por esse mecanismo, adquirirem visibilidade e mesmo tangibilidade, aumentando a sensação de controle sobre elas, em suma, tornando-as familiares e reconhecíveis.

Controle da realidade pelas representações

A hipótese do controle é uma das razões que Moscovici elenca para explicar a necessidade das representações, “ [...] os grupos criam representações para filtrar a informação que provem do meio ambiente e dessa maneira controlam o comportamento individual. Elas funcionam, pois, como uma espécie de manipulação do pensamento e da estrutura da realidade [...]”. (Moscovici, 1995, p. 54).

A insegurança econômica, a exposição às doenças e violência, de forma geral, a vulnerabilidade social sofrida pelos estratos de baixa renda, são interpretadas e sentidas, muitas das vezes como resultantes de desígnios divinos e em algumas denominações, como fruto quase sempre da ação de seres devotados ao mal, de demônios de toda sorte conforme o problema social que se apresenta. O pensamento de que “Deus está no controle”, de que “o Espírito Santo intercede por nós” é a experiência de poder controlar uma realidade caótica e desfavorável daqueles que precisam de justificativas para existir como de fato existem.

Transfigurar a realidade e, a partir daí colocá-la em moldes ou categorias que podem ser manipuladas à seu favor é uma estratégia elaborada pelos mais desfavorecidos socialmente, mesmo que este sentimento advenha de perspectivas assentadas em bases sociais e

econômicas pouco prováveis e frágeis, e alimentadas somente por crenças religiosas, a mais das vezes girando em torno de promessas de efeito imediato, com resultados miraculosos.

As ancoragens religiosas sucessivas recolocam o universo em um patamar mais aceitável e menos ameaçador, redefinindo papéis e posições e reconfigurando simbolicamente o espaço social e suas hierarquias. O crente empobrecido não tem o poder do dinheiro, mas tem o poder do Espírito Santo, não tem a erudição secular mas tem a sabedoria do Espírito de Deus, não tem poder de decisão no mundo dos homens, mas tem o dom de predizer o futuro dos mesmos, não domina a língua dos homens, mas fala a língua dos anjos, não vive em mansões mas tem garantido um terreno no céu, não tem plano de saúde mas é medicado e curado pelo maior dos Médicos, ou seja, não é doutor mas também cura e sabe receitar o remédio pois conhece a origem do mau.

E é a representação do mal, encarnado na figura do diabo, que se desenvolvem os processos de objetivação, tornando aquilo que parece difuso e incontrolável para os não-crentes, concreto, localizado, bem definido e que por isso mesmo, pode ser controlado, combatido e muita das vezes, em todas as sessões de exorcismo, vencido e expulso por aqueles que estão preparados para lutarem em uma guerra espiritual.

É este protótipo ou categorização suprema do mal que permite colocar na conta desta entidade onipresente toda a responsabilidade pelos males sociais, transferindo do indivíduo e do meio social em que este vive a origem de seus problemas, redimindo e eximindo de culpa, transformando os fracassos individuais em vitórias ou sucessos coletivos nas sessões semanais de *descarrego*, pois conhecem muito bem quem lhes aflige, persegue e destrói suas vidas.

As representações pentecostais

O panorama das representações pentecostais proposto, está orientando pela tentativa de compreender, descrever e classificar as representações ou visões de mundo religiosas que originam e condicionam os modos de ação (práticas) no enfrentamento, combate ou mesmo na própria reprodução das situações de pobreza dos fiéis e mesmo de algumas lideranças de igrejas onde a comunidade religiosa é composta majoritariamente por indivíduos situados nos estratos de baixa renda.

A classificação e tipificação das representações pentecostais que se segue, objetiva construir modelos de representações religiosas sobre questões relacionadas à pobreza, a percepção de sua origem e significados construídos pelos fiéis. Modelos que podem ser dicotômicos ou

mesmo significativamente opostos, ou então possuem pontos de intersecção, gerando resultados práticos relativamente idênticos.

Pobreza como provação: representações no pentecostalismo clássico.

Nas entrevistas com adeptos da Assembleia de Deus, as histórias de vida relatadas apresentam narrativas semelhantes, em que a interpretação religiosa dos fatos permeia um discurso que, em linhas gerais, segue a mesma trajetória marcada pelo vício, pela doença, pela violência, seguida de uma redenção pela conversão. Estes problemas sociais relatados em praticamente quase todos os depoimentos, revelam a maior exposição e grau de vulnerabilidade das classes populares às sequelas produzidas pela pobreza. Justamente por estarem mais expostas a estes problemas, os religiosos de estratos mais carentes buscam explicações religiosas para justificarem as suas formas de existência, isto é, justificarem para si mesmos a vida que levam com toda a escassez crônica de bens materiais e simbólicos. Por isso mesmo, talvez a supervalorização dos bens espirituais seja um mecanismo simbólico de compensação pela falta de tudo aquilo que o “mundo” lhes nega.

É possível que esta primazia dos bens espirituais seja resultante de uma percepção da pobreza como uma provação pela qual o fiel passa e que após superados os momentos mais difíceis, teriam como prêmio pela sua fé, dons especiais, que valem mais do que qualquer riqueza humana. Aqui, a pobreza é encaixada em modelos pré-configurados no passado por sentidos religiosos que a classificam como uma prova da fé e confiança na providência divina diante de situações-limite.

No entanto, no conjunto das representações sobre a pobreza coletadas das entrevistas realizadas, são identificadas variações pequenas ou significativas, não apresentando uma uniformidade de ideias ou mesmo um discurso unívoco. Além desta relativa falta de unidade, as visões sobre a miséria e a pobreza são quase sempre relacionadas com as percepções ou representações de seu oposto, a riqueza. Diante deste quadro não homogêneo de representações, propõe-se a divisão das diferentes representações em categorias, elaboradas de acordo com as diferenças identificadas e comparadas nos diversos depoimentos obtidos.

Assim, foram encontradas pelo menos três modelos ou formas religiosas de se interpretar a pobreza. Desta forma, propõe-se a seguinte divisão ou categorização: A) a pobreza como provação e a riqueza negativada como tentação pecaminosa; B) a pobreza como provação e a

riqueza como um dom da prosperidade; C) a pobreza ligada a ideia de “povo de Deus” e a valorização da riqueza espiritual.

Em todos os tipos de representações, a percepção da vontade divina se estabelece como princípio ou razão fundamental dos destinos, dos sucessos e fracassos dos fiéis. Neste sentido, percebemos o caráter imperativo de uma das convenções primordiais à religiosidade pentecostal: a da realização da vontade de Deus, como princípio regulador das ações humanas. É uma convenção prescritiva, de submissão e obediência à vontade suprema de Deus, como pré-requisito necessário para se garantir, no presente ou no futuro, a ajuda divina. E cumprir com a vontade de Deus, significa escolher entre o bem e o mal.

Entre os depoimentos que se enquadram na primeira categoria de representações sobre a pobreza, temos o exemplo de seu Benedito (49):

A riqueza tem a ver com a ambição, quer sempre mais, mais, mais. O dinheiro faz a pessoa se transformar, mudar. Eu era pobre, ganhei dinheiro, fiquei rico, e agora eu não vou mais olhar pro meu vizinho que é pobre, vou ficar com as pessoas da minha classe, então pra mim é uma armadilha do diabo. Na verdade, o diabo oferece tudo de bom pra você, por exemplo, eu sou evangélico, as vezes eu tô passando por uma provação, em casa não tem gás, cortaram a energia, tô desempregado, aí fico agoniado, procuro e não encontro solução, aí de repente vem uma voz que diz, faz isso, é como se fosse uma visão que mostra as coisas fáceis pra você, aí vai de você, fazer aquilo ou não fazer aquilo. Porque Deus dá a oportunidade pra gente escolher o que a gente quer pra nossa vida. De a gente escolher o mal ou o bem, eu preferi escolher o bem, porque você sabe que o caminho do mal só leva a gente à destruição, beber, fumar, se prostituir, roubar. (Benedito, 16/01/2017).

Na fala de Benedito, a prosperidade ou a mudança na posição social pode vir acompanhada da perda da humildade para com seu semelhante, ou seja, da privação de um dom fundamental àqueles que buscam agradar à Deus e fazer a Sua vontade. Por sua vez, a provação da pobreza consiste em lutar contra às más disposições estimuladas pelo demônio. Portanto, tanto a privação da pobreza quanto a ambição desmedida pela riqueza são vistas como provações à que o crente é submetido para testar a sua fé e perseverança no caminho do bem.

A percepção da pobreza como um teste de comprovação está indissociavelmente ligada, em todos os discursos, à ideia de livre arbítrio que o crente possui.

Rosinete, 40 anos, membro da Igreja Assembleia de Deus Casa de Oração Casa de Davi, situada no bairro Águas Lindas, admite que a culpa não é do diabo, mas sim da imprevidência das pessoas:

Porque a gente não pode dizer que também tudo é culpa do diabo. Vai da pessoa saber administrar o que tem, pra não chegar e cair mais, ficar mais pobre do que já é, acabar com tudo que tem. Eu acredito que nem tudo é culpa do diabo, é do ser humano também em não saber administrar o que tem, o que pode gastar e o que não pode gastar. Deus permite que as pessoas passem por isso, só que com muitas pessoas, mesmo passando por provação, não querem dar o braço a torcer, dizer que é uma provação, acha que é culpa do inimigo, não quer carregar sua própria culpa, mas passa por provação sim, eu passei provação. (Rosinete, 03/02/2017).

A responsabilidade do fiel pelos seus atos é sempre lembrada, mas essa liberdade está sempre associada ao cumprimento dos mandamentos divinos, isto é, é uma liberdade que se confunde com a busca de uma vida santa, estruturada sobre um conjunto de restrições morais. Temos uma liberdade controlada por uma série de tabus e proibições, válidas dentro e fora da comunidade, ou seja, uma liberdade vigiada que aumenta a responsabilidade individual no uso do livre arbítrio. Apesar de atribuírem ao demônio as mazelas sociais, a destruição dos laços familiares, os vícios, a origem, o primeiro passo à “vitória” ou a “derrota” é atribuída, invariavelmente, ao fiel.

A principal categoria de análise aplicada à interpretação das representações pentecostais clássicas, isto é, o sentido de “provação” merece uma atenção maior, voltada à compreensão de seu significado entre os religiosos de baixa renda.

Nos seguintes trechos destacados da última entrevista, “Vai da pessoa saber administrar o que tem, pra não chegar e cair mais, ficar mais pobre do que já é, acabar com tudo que tem. [...] eu passei provação”, poderíamos entender que a percepção da provação, ou melhor, do significado de estar passando por uma provação entre os religiosos mais pobres, está relacionado a situações de privação extrema, em que a falta de recursos é intolerável. Os mais desafortunados seriam aqueles no limiar da pobreza e os que não estariam passando por um estado emergencial não estariam pondo à prova a sua força moral, a sua fé em Deus. Já teriam chegado ao “fundo do poço”, mas sua convicção inabalável no amparo divino os reergueu.

A origem das provas, apesar de serem imputadas ao livre-arbítrio dos fiéis tem, na visão pentecostal tradicional, o diabo como principal articulador das “armadilhas”, “ciladas” e tentações que fazem perder os homens de boa fé. Atua nos dois polos, da pobreza e da riqueza. Na riqueza, apesar de não termos exemplos concretos de mobilidade social ascendente entre os pesquisados, o diabo, para muitos deles, representa a tentação do dinheiro fácil, adquirido por meios ilícitos, ou de uma ascensão social muito mais perigosa, quando, segundo o pastor Josué, “o homem substitui em seu coração o amor à Deus, pelo amor ao dinheiro. Esquece da sua salvação e busca a ostentação, a cobiça, e o diabo tá sempre ali, envenenando a cabeça dos homens com estes pecados”. Sobre as provas da pobreza, o diabo, mesmo não sendo responsável por elas, pois nada acontece sem a permissão de Deus, tem um papel crucial no agravamento das penas e sofrimentos dos fiéis, sendo a representação objetivada do pecado na forma de pessoas, lugares, tendências e eventos que levarão a perda definitiva e irremediável de homens, mulheres e famílias que, segundo a visão de alguns fiéis, seria o alvo preferencial do demônio.

Messias, 32, concorda que o diabo age preferencialmente sobre aquele que sustenta financeiramente a família: “O papel do inimigo é nunca ver alguém feliz, o alvo de satanás hoje é a família, ele estruturou o cabeça da família, vai desestruturar toda a família. Se ele entrar, se ele conseguir mexer com um pai de família, ele vai mexer com o filho, vai mexer com a esposa, então ele consegue, porque o alvo dele é a família hoje [...]. O diabo pode deixar a família toda na miséria”. (Messias, 25/02/2017).

O diabo está nos vícios, na imprevidência, está no centro fomentador das provações que podem levar à destruição de famílias inteiras, ele, segundo Benedito, 49, é “[...] o devorador, consumidor, destruidor das suas finanças [...]”. Mas apenas sucumbe ao diabo aquele que não faz bom uso de seu livre-arbítrio. Assim diz Messias.

O diabo, ele tem seu papel, mas o homem tem um papel maior ainda, “mas como assim Messias? “ Porque eu não sou forçado a ir numa boca de fumo pra mim tá usando droga, mas é de Satanás. O homem tem o livre arbítrio, por que ele escolhe quem ele vai seguir, até porque Deus não vai obrigar a ninguém servir à Ele, não, você tem o livre arbítrio, você tem o direito de escolha. (Messias, 25/02/2017).

Mesmo que o diabo seja percebido como uma entidade espiritual, no entanto, é concebido como a encarnação do mal, atuando diretamente sobre as coisas materiais, as vezes percebido de forma circunscrita e localizada em lugares (bocas de fumo, bares, boates, etc.), e as vezes,

sentido de forma difusa, responsabilizado por desejos e pulsões incontroláveis, pelos vícios e por todos os tipos de comportamentos desregrados que levam a destruição das vidas dos imprevidentes. Desta forma, como personificação do pecado, o diabo possui existência concreta, e a percepção de sua realidade identificada nos papéis muito bem definidos que exerce nas histórias de provações, o destaca como um dos elementos-chave nas elaborações das representações pentecostais sobre a pobreza. Ele é o protótipo do mal na terra e, portanto, serve como modelo para a elaboração de todas as categorizações e classificações religiosas que essencializam o significado do mal nas relações humanas. É o símbolo, talvez, que mais retrate os processos de objetivação necessárias à produção das representações pentecostais sobre o mundo social. A pobreza e suas mazelas, no pentecostalismo clássico, se não necessariamente possui origem demoníaca tem, no demônio e suas legiões, a fonte que alimenta e intensifica os efeitos deletérios de vidas marcadas pela falta de bens essenciais para a sobrevivência. É a prova real, concreta, mesmo que invisível, e por isso muito mais nefasta e difícil de combater, de forças espirituais oriundas de uma dimensão, de um mundo muito mais importante do que o dos homens e que se sobrepõe a este e o determina.

A relação entre dependência química, vícios e o diabo é também sempre lembrada nos depoimentos dos mais jovens e dos mais velhos. O uso de entorpecentes como maconha e cocaína, entre outras substâncias pelos jovens e o uso abusivo de álcool, são descritos pelos fiéis como fatores decisivos que os levaram a situações de vulnerabilidade social extrema ou ao agravamento de seu estado de pobreza. Geralmente são os homens que relatam suas experiências negativas com drogas psicotrópicas. O álcool é mais presente entre os homens acima de quarenta anos e as substâncias ilícitas entre os jovens de vinte a trinta anos, com algumas exceções. As mulheres, por sua vez, relatam experiências com filhos dependentes químicos e maridos alcólatras e violentos. Estes envolvimento com entorpecentes invariavelmente geram situações de empobrecimento das famílias, seja pelo desemprego ou pelo uso indevido dos poucos recursos financeiros empregado no consumo das drogas.

O diabo, objetivado em todas estas situações, representa a demonização literal das drogas. Francimário (20) fiel da igreja Assembleia de Deus Ministério Terra Prometida, no bairro de Águas Lindas, fala de sua passagem recente pelo mundo das drogas:

Dos meus 13 anos até os 19, tenho um grande testemunho, de minha história de vida de muito sofrimento, como escravo das drogas, cheguei ao fundo do poço, mas antes do fundo do poço, veio o crack, quando eu cheguei no crack, que eu vi que aquilo estava destruindo

completamente minha vida, principalmente meu corpo, porque a química do crack, corrói por dentro o nosso corpo em poucos dias [...] e nisso tudo me tornei prostituto das drogas. Meu salário não era mais de um servente, era um servente habilitado, era quase de um pedreiro já, então ele subiu, eu passei a ganhar bem, porque não era diária, recebia agora por produção. Com o salário bom agora, tudo ia pro meu consumo. Isso foi um período muito difícil porque eu não tinha ajuda e principalmente porque era uma coisa espiritual. Tem um espírito que nos usa porque nós estamos em pecado [...] Tem um espírito do vício, apelidado, tem vários espíritos apelidados dessa forma, aqui no Brasil ele se chama Zé pelintra e o diabo é o príncipe que comanda esses espíritos das trevas. Não só esse espírito me tomou, mas também o inimigo, porque a palavra diz que ele veio pra matar, roubar e destruir [...] Então tem esses espíritos que atua em várias áreas onde as pessoas precisam ser libertadas, como eu falei, de velha criatura para nova criatura. Existe espírito da miséria, existe espírito do vício. Durante o tempo em que eu estava no vício, a empresa que eu *tava* não pagava mais direito, até que fui mandado embora. Eu passei por momentos em que eu passei fome, mas a misericórdia de Deus me salvou. Foi um momento de grande provação. Essa provação trouxe pra mim a salvação da minha alma. (Francimário, 22/03/2017).

Francimário refere-se a espíritos demoníacos especializados em mazelas sociais e individuais, da miséria ao vício, comandados por Satanás. Esta demonização dos problemas sociais, está muito presente em representações neopentecostais sobre a atuação do diabo no mundo, como as da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que por meio da transformação dos deuses, entidades e guias espirituais das religiões de matriz africana (zé pelintra, pomba-gira, etc.) classifica todos os problemas da sociedade brasileira como resultado da ação de espíritos demoníacos especializados. Assim afirma Mariano (Mariano, 2014, p. 144), “Dessa crença deriva a que alega ser o homicídio causado por um ‘espírito do homicídio’. A pobreza por um ‘espírito da pobreza’ e assim por diante”.

No segundo modelo proposto de representações sobre a pobreza, permanece o significado desta como uma prova a que o crente é submetido para testar a sua fé em Deus. O significado de riqueza, no entanto, difere do primeiro modelo, pois é categorizado, por alguns fiéis, como uma dádiva, ou dom, para usar a nomenclatura típica dos pentecostais, que pela “infinita bondade e misericórdia de Deus”, é concedido aos seus filhos. Apesar de todos os entrevistados enfatizarem a primazia dos bens espirituais sobre os bens terrenos, objetivando sempre como bem máximo, a salvação individual de suas almas, a riqueza material, neste modelo, não é vista como instrumento de sedução do diabo ou incitação ao pecado, mas pelo

contrário, é vista como benção, de origem divina, e que como todo dom, deve ser usado com sabedoria, ou seja, para a “edificação da obra de Deus” que significa, necessariamente, o desenvolvimento da própria igreja.

Vejamos, na visão de Eliana, 35, o significado da riqueza:

Na Bíblia que eu li, muitos que prosperavam ou eram pobres por que era o inimigo, muita gente que diz que a prosperidade é o inimigo que dá cobrando algo em troca, eu ouvi muito isso. Não é assim. Então até a riqueza ela é um dom de Deus, não é pra todos [...] O mais importante é buscar a riqueza espiritual, mas se vir o material é benção de Deus, o Senhor tá te concedendo porque é um dom que tu tem pra tu ter aquela riqueza. A palavra diz que tudo que tá na terra vai ser consumido com fogo, então o que a gente vai levar daqui mesmo é só o nosso espírito, mais nada, e o que ele promete lá, na palavra Dele, é que nós teremos ter de tudo, riquezas de tudo. Então dá pra levar as nossas vidas, porque tudo o senhor sabe. Se Ele te dá, vamos supor, um lápis e um caderno pra te começar algo maior tu vai começar e vai adquirir, se não, tu não vai sair daquilo, ele nem te dá um lápis e um caderno pra ti nem começar, então, tudo o Senhor já sabe. Muitos sabem usar e muitos não sabe usar que Deus dá, entendeu, muita das vezes o Senhor te abençoa com algo bom, você sabe que é bom, mas aquela coisa, as vezes você não quer, você dá pro outro então o Senhor mesmo te abençoou esse tu entregou a tua benção pra outro, tu vai cobrar de Deus o que, se Ele te deu tu não quis, deu pro próximo, então o próximo que vai ser abençoado. (Eliana, 14/04/2017).

Para Eliana, a riqueza é um dom entendido como uma capacidade para adquiri-la. É um dom facultado por Deus que, se não aproveitado, desperdiçado ou usado de maneira incorreta, é transferido para outros. Neste modelo, no entanto, a riqueza, como teste, não possui conotação diabólica, mas como mais uma das concessões divinas que devem ser usadas para a realização da obra de Deus que pode significar, fundamentalmente, uma ferramenta à serviço da igreja ou, em um sentido mais particular, uma ferramenta para a realização de sentimentos altruístas. Também, no discurso de Eliana, podemos perceber uma aceitação tácita ou mesmo resignada da pobreza em que vive, relacionada a uma promessa divina de uma riqueza certa, que será usufruída em outro mundo.

Seja pela promessa de uma fartura ou abundância em outro mundo, de tudo que lhes falta nesta vida, seja pela riqueza que podem adquirir já neste mundo pela graça de Deus, a prosperidade material, em outra perspectiva religiosa de sua função no mundo e na vida dos fiéis, diferente daquela que a vê como uma perigosa tentação que poderia levá-los à perda de

suas almas e da própria salvação, é percebida ou como uma bênção, uma dádiva recebida ou como um dom, ou seja, uma habilidade espiritual para gerar e acumular riquezas. Em ambos os casos, seja como dom ou como dádiva, esta prosperidade material deve ser usada em benefício da “Obra de Deus” ou compartilhada com os mais necessitados.

Em nosso terceiro modelo, a pobreza não possui nenhum significado negativo, nem como provação, nem como maldição. No entanto, por outro lado, nenhum dos entrevistados procurou louvá-la ou glorificá-la. Aqui nós temos mais uma atribuição, com sentido religioso, dos pobres como o “povo de Deus” que aguardam sua redenção, das adversidades que sofrem neste mundo, em um outro mundo, pós-apocalíptico.

Messias, 35 anos, comenta a condição dos pobres, como povo abençoado por Deus,

A pobreza não é nem uma maldição, porque nós não somos amaldiçoados, é totalmente antibíblico isso aí. Estes falsos profetas, [referindo-se aos pastores neopentecostais) estão pregando uma coisa totalmente diferente do que a Bíblia diz. Porque a Bíblia diz que quando Deus tirou o povo do Egito Ele não deixou faltar o que Eu mandar. Pra eles chovia pão do céu, brotava água da rocha, porque nós somos um povo abençoado. É para nós que está destinado o reino dos céus, que está por vir. Nós que seguimos ao Senhor, nós temos a convicção que um dia o Senhor vem, o Senhor está pra vir, e vai arrebatá-lo seu povo, até porque a palavra Dele tá se cumprindo, coisas que tá acontecendo hoje, está aqui na Bíblia em Mateus 24, de tudo que tá acontecendo no mundo. (Messias, 25/02/2017).

A pobreza, neste tipo de representação, é vista, não como um meio, mas como um estado que justifica, ou ao menos favorece, a obtenção da condição de salvo. A riqueza material, por sua vez, neste modelo, se não tem origem diabólica, tão pouco é ambicionada, como dom ou graça divina, mas sim, preterida por outros dons, ou bens de natureza espiritual.

Flávia, 38 anos, da igreja Assembleia de Deus Catedral da Fé, localizada no conjunto Júlia Seffer, no bairro de Águas Lindas, afirma que enriquecer não faz parte de seus objetivos de vida,

Eu acho que buscar riquezas neste mundo não é o mais importante, mas eu acho que o que Deus me deu já é o suficiente, o dom de visão pra mim é maravilhoso. Tem muita gente que diz, “quem dera se eu tivesse o mesmo dom que tu tens”. Eu já sou rica do espírito de Deus na minha vida. E serei muito mais. (Flavia, 02/05/2017).

A riqueza espiritual é a maior das ambições e independente dos problemas materiais que enfrentam, todos os entrevistados, em todos os tipos de representações categorizadas neste trabalho a ambicionam, pois, estes dons, representam a marca do Espírito Santo, ou seja, o status de santidade necessária para se manter até o fim de suas vidas terrenas com a finalidade de alcançar o bem espiritual máximo, isto é, a salvação no além-mundo.

A demonização da pobreza: as representações no neopentecostalismo.

Este estudo sobre as representações pentecostais sobre a pobreza, objetivando ampliar sua dimensão explicativa, deve, para efeito comparativo, apresentar, mesmo que de forma breve e resumida, as representações que os praticantes de um pentecostalismo mais recente na história deste movimento religioso, denominado de neopentecostalismo, produz sobre a pobreza e de sua antítese, a riqueza.

Um dos fundamentos da religiosidade neopentecostal é constituído por uma doutrina formada por representações e práticas religiosas conhecida como *Teologia da Prosperidade*. Na base teológica desta doutrina, está o princípio religioso fundamental de que o sacrifício de Jesus Cristo libertou a humanidade do pecado original e, por conseguinte, de todos os sofrimentos terrenos e espirituais. Desta forma, o ser humano, livre da marca do pecado, está destinado a viver plenamente já no plano terreno, com saúde e prosperidade material. Mas para que ele tenha acesso a esses “direitos” determinados por Deus na forma de bênçãos, o fiel deve, por meio de uma fé inabalável, confessar, mesmo antes de obter estas bênçãos materiais, de já ter a posse de tais riquezas. Por isso mesmo esta doutrina é também chamada de *confissão positiva*, ou seja, o crente não deve pedir à Deus, mas exigir seus direitos perante Ele (Mariano, 2014, p. 154).

Assim como no modelo pentecostal clássico e sua escatologia extramundana, a Teologia da Prosperidade é a expressão doutrinária de uma religiosidade mágica, só que de caráter intramundano. Esta religiosidade transporta para os bens materiais todas as virtualidades dos bens espirituais, ou seja, a salvação (o mais importante bem espiritual na tradição clássica) é conquistada já no plano terreno e o sinal dela é a prosperidade econômica.

Riqueza material e saúde plena dos fiéis são provas incontestáveis de serem abençoados por Deus, apesar da grande maioria dos praticantes desta religiosidade não apresentar tais atributos, pois pertencem às camadas sociais de baixa renda.

Desta forma, enquanto que no pentecostalismo clássico há percepções diversas sobre a riqueza, gerando representações opostas que vão desde a divinização da prosperidade material, como dons ou bênçãos concedidas por Deus, até a sua demonização, como veículos da perdição, entre os neopentecostais, a bonança material possui um único significado religioso: é a prova da infinita bondade de Deus para com seus filhos, que, predestinados à felicidade terrena, devem ser prósperos e saudáveis. São direitos garantidos à toda humanidade e que devem ser reivindicados por meio de uma fé inabalável nas promessas divinas.

Neste modelo de pensamento religioso, Deus tem a obrigação de prover seus filhos daquilo à que eles têm direito. Por isso mesmo, todo cristão como “filho legítimo do Rei”, deve exigir do seu Pai tudo aquilo que, por decreto divino já é seu.

Assim, no modelo neopentecostal, as representações sobre a riqueza giram em torno de ideias que a colocam como condição *sine qua non* que atesta a espiritualidade do fiel ou de sua ligação com o divino. É necessário conquistar as coisas do mundo em vez de afastar-se dele. Sua busca é por riqueza material, que comprova sua riqueza espiritual e que, conseqüentemente, já atesta a sua condição de salvo neste mundo, em seu presente.

Assim como nas representações sobre a riqueza, a pobreza, no modelo neopentecostal, não possui significados ou interpretações dúbias, mas uma uniformidade de sentidos. Invariavelmente sua origem e efeitos estão associados, de acordo com a doutrina da prosperidade, ao diabo e suas legiões, a fé debilitada dos fiéis e ao cometimento de pecados.

Na comparação entre os dois modelos, a pobreza, na tradição clássica, não está diretamente associada a uma maldição demoníaca ou a uma vida de pecados. Vista predominantemente como uma prova a que o crente é submetido para testar sua fé em Deus, sua superação ou ao menos a atenuação de seus efeitos produz, na visão dos fiéis, o fortalecimento de atributos espirituais, como a crença na providência divina. O estado de pobreza ou o “ser pobre” não significa uma vida amaldiçoada pelo diabo e este tem, tão somente, o papel de exacerbar as dificuldades materiais, que por imprevidência dos fiéis, são os próprios causadores de sua má sorte.

As categorias centrais das representações pentecostais

Trabalhando com categorias-chave da religiosidade pentecostal, podemos, através de uma análise individual de cada uma delas, estabelecer um quadro geral que compara os diferentes

usos e apropriações destas categorias na elaboração das representações sobre a pobreza e a riqueza nos dois universos religiosos aqui estudados. Identifico estas categorias-base como sendo: *fé, pecado, livre arbítrio e a figura do diabo*.

Todas estas categorias, na verdade, estão imbricadas umas nas outras, mas sua análise individual permitirá descobrir divisões de sentidos e contrastes mais nítidos derivados das diferentes interpretações e aplicações práticas destas categorias, na construção das representações pentecostais clássicas e neopentecostais.

De acordo com o estudo empreendido – no caso das representações pentecostais mais tradicionais – fé em Deus significa esperança em dias melhores, seja no presente imediato – por uma mudança positiva, mesmo que pequena, nas condições sociais e financeiras dos fiéis, e longe de ser considerada como um instrumento mágico de elevação social significativa e acentuada prosperidade material – seja em um futuro pós vida material, servindo como sustentáculo simbólico central que ajudam os religiosos a enfrentarem e/ou suportarem as condições materiais de existência adversa em que vivem.

Ter fé significa acreditar em bênçãos vinda dos céus para ajudar aqueles que se encontram em situações-limite provocadas por dívidas, doenças, vícios e violências de toda ordem ou ao menos acreditar no auxílio divino para a manutenção de condições mínimas necessárias de sobrevivência.

O entendimento de fé, no neopentecostalismo, por sua vez, é o resultado de percepções que a colocam como a principal ferramenta para a aquisição de prosperidade material. Prosperar significa o produto de uma fé forte, de caráter imperativo, que não suplica ou pede migalhas de Deus, mas que exige o acesso imediato às benesses divinas nesse mundo, sem ter que esperar por elas em uma redenção futura em outro mundo. O tamanho da fé é medido pela força em declará-la, isto é, quanto mais forte a confissão, mas certa e rápida se dá a posse das bênçãos celestes, já garantidas no plano espiritual, bastando reclamá-las para se obtê-las no plano material.

O papel que a fé deve cumprir, como recurso simbólico instrumentalizado para a obtenção de recursos materiais, está presente em ambas as tradições, mas com uma diferença de ênfase ou grau atribuída a ela como vetor de ascensão social. Na Teologia da Prosperidade, pede-se tudo em nome dela, reivindicando posse imediata, ou seja, tornar-se rico, da noite para o dia e de forma milagrosa é uma possibilidade real e concreta na visão dos que professam tal crença.

Na tradição pentecostal, os pedidos são mais “realistas” e condizentes a real situação socioeconômica dos religiosos. As preces e orações buscam diminuir os sofrimentos dos males sociais vividos e restabelecer ou mesmo melhorar o estilo de vida que levam, mas sem, no entanto, pretensões de mudanças drásticas na posição social que ocupam de forma resignada.

A nossa segunda categoria a ser analisada, o pecado, está intimamente ligada às próximas categorias a serem abordadas, ou seja, o livre-arbítrio e a influência demoníaca. Mas é importante ressaltar, mesmo que brevemente, e em vista dos objetivos deste estudo, que a ênfase no pecado como vetor de pobreza, assim como na questão da fé, ou mais especificamente na falta dela, é mais acentuada na doutrina da prosperidade. O estado de pobreza é o resultado direto de uma vida pecaminosa. Afinal, o seu contrário, a riqueza, é um sinal inegável de uma vida abençoada por Deus, de uma vida santificada e livre de pecados, pois todo aquele que crê em Jesus e cumpre os mandamentos divinos está destinado a ter uma vida de abundância (Proença, 2010, p. 358).

De acordo com as entrevistas colhidas neste trabalho, na visão pentecostal tradicional, uma vida de pecados, geralmente associada a uma vida fora da igreja (de vícios, farras e bebidas), ou seja, anterior à conversão e o batismo, é vista como um dos agravantes das finanças já insuficientes dos fiéis, mas o estado de pobreza ou a condição de ser pobre *não é nenhum pecado*, mas pelo contrário, pois são os pobres, que renunciaram às riquezas do mundo – e não aos ricos que, segundo passagens bíblicas (Mateus, 19, 24; Lucas, 18, 25) dificilmente entrarão no reino dos céus – que estão destinados à usufruírem às riquezas do outro mundo.

Categorias como pobreza e riqueza, pecador e abençoado, possuem equivalências positivas e negativas diametralmente opostas na comparação entre as duas teologias abordadas neste trabalho.

A categoria do livre-arbítrio, na comparação entre as tradições, também pode ser equacionada por uma questão de intensidade. A questão da liberdade individual, para praticantes do pentecostalismo tradicional, mesmo que sempre equacionada dentro de um contexto de uma luta universal entre Deus e o diabo por suas almas, é sempre lembrada ou apontada como um recurso – dado por Deus aos seus filhos - indispensável no combate às más tendências e a influência tenaz e perniciosa do diabo. Na concepção clássica, apesar de todos os homens e mulheres viverem sob a tutela de Deus, ou seja, tudo o que acontece em suas vidas seja percebido como um ato autorizado pelo Pai, segundo à Sua vontade, a responsabilidade pelas

ações, más ou boas, é totalmente imputada ao próprio agente. Se está passando por um período de extrema privação (percebido como uma provação a que é submetido) é por ter se entregado voluntariamente aos vícios, às bebedeiras, aos diversionismos, apesar do diabo ser sempre apontado como estimulante destas ações danosas sobre a saúde financeira e material dos fiéis. A moralidade pentecostal clássica está norteada pelo bom uso do livre-arbítrio, o que torna o indivíduo menos percebido como uma marionete manipulada pelas garras do diabo ou joguete dos destinos traçados por Deus. A percepção da autonomia do indivíduo, mesmo que limitada pela consciência religiosa, existe, é mantida e desenvolvida dentro de um norte ético, construído pelas fortes concepções de pecado e pureza espiritual. O mérito de sair da pobreza (com a ajuda de Deus) ou o demérito de afundar nela (com a ajuda do diabo) é quase todo do próprio agente, já que é livre para escolher entre o bem – e receber as bênçãos que se materializam em dinheiro, empregos, saneamento de dívidas, etc., – e o mal, na forma de atitudes que destroem suas finanças.

Para autores como Mariano (Mariano, 2014, p. 140), a tradição neopentecostal, pouco espaço e importância confere, nas suas práticas e representações, a questão do livre-arbítrio. Dominada pela concepção de um mal onipresente, a visão de indivíduo como ser autônomo é bastante enfraquecida. Vítima constante, frágil e impotente aos assédios do diabo e suas legiões, a pobreza em que vivem estes fiéis, a percepção das desigualdades e injustiças sociais são imputados às forças demoníacas, localizada em espíritos exclusivamente dedicados à promover a miséria social – geralmente confundidos com entidades dos cultos afro-brasileiros – o que diminui consideravelmente a noção de responsabilidade que estes podem ter para com a vida de penúria que levam. Dada a importância conferida à guerra contra Satã e suas forças, a teologia neopentecostal tende a demonizar a tal ponto a realidade, que o indivíduo passa a ser percebido como um frágil instrumento de manipulação de forças espirituais, embora não seja percebido totalmente como uma simples marionete destas forças, já que lhe é conferida, principalmente aos pastores exorcistas, autoridade ou poder de mando sobre os demônios.

Se a noção de livre-arbítrio é relativamente débil entre os pentecostais, especialmente entre os que professam a doutrina da prosperidade, isto se deva, talvez, ao grau extremo de espiritualização da sociedade (poder de consagração da religião) de todos os seus problemas e processos, que o pentecostalismo promove através da elaboração de suas cosmovisões. A posição socioeconômica dos indivíduos, sua prosperidade e pauperização são determinadas em grande medida por forças invisíveis e atuantes em tempo integral, lhes restando pouco espaço para o exercício de sua liberdade, de sua autonomia.

Dentre as categorias mais importantes, senão a que resume o pensamento religioso de igrejas neopentecostais como da igreja Universal do Reino de Deus (IURD) sobre a origem da pobreza e sua manutenção entre os seus membros, estaria a figura de Satã e suas legiões de demônios. Autores como Cecília Mariz, enfatizam um dos aspectos da teologia neopentecostal, conhecida como *Teologia do Domínio*, como uma das bases da cosmologia religiosa de igrejas como a IURD, que explicam a realidade social e, principalmente todas as suas mazelas, da miséria, da pobreza, das desigualdades extremas, do crime, da corrupção, da situação epidêmica de violência que vive o Brasil, a partir de uma guerra espiritual travada pelos cristãos, com a ajuda de Deus e em nome dele, contra as potestades do mal, localizados em religiões não cristãs, como as de matriz africana. (Mariz, 1999, p.34).

Identificar e localizar o mal, associando-o às situações de miséria e pobreza de seus fiéis, na figura do demônio, é um dos processos de ancoragem mais abrangentes, produzidos pelas representações neopentecostais sobre a pobreza. A ênfase no demônio como um dos principais responsáveis pela miséria e pobreza social – também encontrada nas denominações pentecostais tradicionais, só que em menor grau e com o diabo exercendo um papel menos determinante – torna sua (má) influência reconhecida em todas as situações de agravo financeiro e aumento da vulnerabilidade social - vivenciadas, diga-se de passagem, costumeiramente pelos que professam tal religiosidade - de desemprego, de endividamento e de empobrecimento agudo.

A demonização da pobreza é um dos principais aspectos da demonização de toda uma realidade socioeconômica que tem na exclusão de uma parcela da população um de seus princípios fundantes. Mariz, ao fazer um balanço da literatura sobre a guerra espiritual no Brasil observa que a demonização:

[...] é agora interpretada como uma reação dos pobres contra a modernidade que não introjetaram e a que não se integraram. Os pobres não conseguem tal integração por já terem sido, de antemão, excluídos por essa mesma modernidade: sua exclusão prévia se dá, por exemplo, quando não têm acesso a uma educação que os instrumentalize com as categorias racionais da forma de pensar moderna. Tal exclusão, intelectualmente limitante, explicaria, para esses autores, a adesão a uma cosmovisão “mágica” como é a da guerra espiritual. (Mariz, 1999, p. 36).

Seria esta visão mágica da sociedade, com o poder de ocultar aos religiosos as verdadeiras causas de seu sofrimento coletivo, que elegeria o diabo e toda a horda de demônios como o principal obstáculo de sua ascensão social e, portanto, à prosperidade que irá lhes garantir um

estilo de vida que é a prova de serem abençoados por Deus. O diabo, como representação objetivada e totalizante dos males sociais, é a categoria que sintetiza, de forma negativa todas as demais categorias centrais, tornando-as entraves para a bem-aventurança antecipada na terra. A fé negativada, ou seja, a falta dela, o mau uso do livre-arbítrio e uma consequente vida de pecados tornam os fiéis amaldiçoados e escravizados por Satanás. A escravidão ao diabo, associada à pobreza e à miséria é um dos polos de uma leitura transfigurada das contradições sociais realizadas pela religiosidade neopentecostal. As divisões sociais historicamente constituídas e economicamente estruturadas são lidas pela ótica de uma eterna guerra espiritual onde as batalhas contra o diabo e suas legiões são, na verdade, o produto simbólico de uma luta diária contra a pobreza e as suas mazelas.

Considerações finais

Buscar compreender o vasto universo simbólico pentecostal presente em suas práticas e representações é perceber a importância desta religiosidade na dinâmica dos grupos sociais, ou seja, dos variados modos que ela pode interferir ou mesmo determinar a realidade social e econômica de seus praticantes que, em sua esmagadora maioria, pertencem aos estratos com indicadores sociais que revelam a sua precária condição social e econômica e que os levam a serem quase sempre identificados genericamente como “pobres”.

Neste esforço de compreensão dos efeitos desta religiosidade na vida social, devemos entender que toda pesquisa que se dedique ao tema em questão será limitada pela própria natureza do objeto de estudo, isto é, a natureza humana e sua capacidade de criar e recriar simbologias, em um processo dinâmico difícil ou mesmo impossível de captar em sua totalidade e abrangência. Por isso a necessidade de se utilizar categorias, classificações e conceitos que possam servir como ferramentas de leituras aproximadas destas estruturas simbólico-religiosas e de seu impacto nas estruturas sociais, ou seja, estabelecer uma conexão de sentidos entre a reprodução da vida social, especialmente dos segmentos mais empobrecidos e marginalizados da sociedade e a produção de significados religiosos que estes grupos elaboram com o intuito consciente ou não consciente de enfrentar os problemas relacionados à satisfação de suas demandas materiais e simbólicas.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Gedeon de. Assembleias brasileiras de Deus: teorização, história e tipologia – 1911-2011. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC, São Paulo, 2012.

BÍBLIA, Português. A Bíblia Sagrada, Antigo e Novo Testamento. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais, sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais, investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARIZ, Cecília L. A teologia da batalha espiritual: uma revisão da bibliografia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 47, 1999, p. 33-48.

PROENÇA, Wander de Lara. Da ascese aos bens do mundo ao anseio por um mundo de bens: representações da pobreza e da riqueza nas práticas do pentecostalismo brasileiro. In: OLIVA, Alfredo dos Santos; BENATTE, Antônio Paulo (Org.). 100 anos de pentecostes, capítulos da história do pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Fonte editorial, 2010, p. 357-401.